

São Paulo, 25 de março de 2015

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Brasil Agrosec Companhia Securitizadora, levantadas em 31 de dezembro de 2014, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, em 30 de junho de 2010 com a denominação de ARP Participações Ltda. (“ARP Participações”), cujos atos constitutivos foram devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em sessão de 07.07.2010, sob o NIRE 35.2.2451605-1.

Os sócios, por meio de reunião realizada em 05.08.2010, deliberaram pela transformação da sociedade limitada em sociedade anônima, alteração de denominação, objeto social e aprovação de Estatuto Social, tendo a referida ata registrada na JUCESP em sessão de 23.8.2010, sob o NIRE 35.3.0038331-1.

Em virtude da mencionada transformação, a ARP Participações alterou a sua denominação para “BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA” atual denominação da Companhia, sendo regida na forma de seu Estatuto Social.

Em setembro de 2011, a partir do ingresso dos novos acionistas e respectiva capitalização, foram incrementadas as atividades operacionais, com a contratação de profissionais, mudança para novo endereço, criação das políticas que regem o Comitê de Risco e Investimento, entre outras.

A Agrosec tem por objeto social (A) a aquisição e securitização de direitos creditórios do agronegócio, nos termos da Lei 11.076/04 e suas eventuais alterações posteriores, com a conseqüente emissão e colocação dos Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”) no mercado de capitais, (B) a realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, aí incluídas, sem limitação, a administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios do agronegócio adquiridos pela Companhia, bem como a gestão do risco relativo aos direitos creditórios por ela adquiridos, (C) a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de direitos creditórios e créditos do agronegócio.

No ano de 2011 a realizou a 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), em duas séries, distribuídos através de oferta pública de esforços restritos, sob o regime da Instrução CVM nº476, (ICVM476) no valor aproximado de R\$ 50 Milhões, com vencimentos para dezembro de 2012 e dezembro de 2014, com lastro em recebíveis do setor pecuário.

No ano de 2012 foi realizado o resgate antecipado desses mesmos CRAs, em razão de proposta enviada à Companhia pelo emitente das Cédulas de Produto Rural (“CPRs”), as quais compunham o lastro dos títulos, proposta que foi aceita pelos investidores em Assembléia Geral dos Investidores convocada para deliberar sobre o assunto, de acordo com a legislação em vigor, realizada em 23 de abril de 2012.

Em outubro de 2013 foi realizada a 2ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), em três séries, com vencimento para o ano de outubro de 2016, através de oferta pública restrita de Certificados de Recebíveis do Agronegócio sob o regime da Instrução CVM nº 476, (ICVM476) para a 1ª Serie (Sênior), sendo esta no valor aproximado de R\$ 22Milhões, e duas séries subordinadas (2ª Mezanino e 3ª Junior) no valor aproximado de R\$ 10 Milhões, que foram distribuídas de forma privada.

Além disso, outras operações foram prospectadas ou identificadas durante o ano, estando às respectivas emissões em processo de estruturação.

Com relação ao mercado de CRAs, conforme previsto no ano anterior pelo *management*, houve um crescimento sustentado, com o incremento de novas operações, cujas emissões atingiram o volume aproximado de R\$ 1Bilhão no final do ano de 2013.

As perspectivas para o ano de 2014 mostram-se promissoras, com forte demanda do mercado pelo produto, inclusive com algumas emissões já realizadas. Nesse contexto, a Cia tem sido ativa na prospecção de novos clientes e de novas operações, cujos resultados virão confirmar as expectativas.

Durante o ano de 2013 foi desenvolvido por empresa de *software*, em conjunto com o *management* da Cia, um sistema próprio de gestão de CRAs (SGCRA), para o suporte técnico na gestão das carteiras de recebíveis que servem de lastro dos CRAs, dotando a Cia de ferramenta adequada às suas atividades. Importante destacar que o SGCRA já se encontra implantado, auxiliando o *management* na gestão da 2ª Emissão de CRAs, cuja carteira de recebíveis que compõem o lastro tem grande pulverização.

Também em 2013 os acionistas aportaram aproximadamente oitocentos e cinquenta mil Reais, através de dois aumentos do capital social, dotando a Cia dos recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento, além de outros recursos estruturais, entre eles, a contratação de profissionais, mudança para novo escritório, no sentido de dotar a Cia de instalações adequadas ao desenvolvimento de seu negócio.

As perspectivas para o ano de 2015 mostram-se promissoras, com forte demanda do mercado pelo produto, inclusive com algumas emissões já realizadas. Nesse contexto, ao longo do ano de 2014, a Cia desenvolveu determinados modelos de negócios, cujos resultados se mostram promissores. Além disso, permanece ativa na prospecção de novos clientes e de novas operações,

A BDO RCS Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras anuais referentes a 31 de dezembro de 2014 e 2013. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não

prestou, desde a constituição da Companhia, serviços não relacionados à auditoria externa.

**SERGIO CAMARGO PENTEADO**  
Diretor Presidente

**MARCOS BERTOMEU**  
Diretor de Relações com Investidores

**BRASIL AGROSEC COMPANHIA  
SECURITIZADORA**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

**BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

**Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações dos resultados**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Demonstrações do valor adicionado**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Brasil Agrosec Companhia Securitizadora**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Brasil Agrosec Companhia Securitizadora (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação, das demonstrações contábeis da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Brasil Agrosec Companhia Securitizadora**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

### Continuidade operacional da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não auferiu receita operacional decorrente das taxas de serviços cobradas sobre a emissão de novos títulos mobiliários e, conseqüentemente, incorreu no prejuízo acumulado do exercício no montante de R\$ 2.281 mil. Conforme comentado na nota explicativa nº 1, para a geração de receitas no exercício de 2015, a Administração da Companhia está dedicando seus melhores esforços na evolução dos trabalhos de prospecção iniciados em exercícios anteriores, bem como, com o desenvolvimento de novas parcerias no exercício corrente. O equilíbrio patrimonial e financeiro da Companhia dependerá da realização desses novos negócios ou de aporte de capital por parte dos acionistas. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da atividade da **Brasil Agrosec Companhia Securitizadora**. Nossa conclusão não contém ressalvas sobre esse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de março de 2015.

**IBDO**

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1



Esmir de Oliveira  
Contador CRC 1 SP 109628/O-0



Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/O-3

# BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

Ativo	2014		2013	
	Nota	2014	2013	
<b>Circulante</b>				
Caixas e equivalentes de caixa		26	583	3
Outras contas a receber	4	17	20	54
Tributos a recuperar		30	29	263
		<u>73</u>	<u>632</u>	<u>320</u>
<b>Não circulante</b>				
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs)	13	-	25.602	25.602
Imobilizado		37	36	164
Intangível	5	208	268	-
		<u>245</u>	<u>25.906</u>	<u>25.766</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>318</u>	<u>26.538</u>	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Contas a pagar	8	2	-	2
Obrigações tributárias		14	-	54
Pessoal, encargos e benefícios sociais	6	81	-	263
		<u>97</u>		<u>320</u>
<b>Não circulante</b>				
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs)	13	-	-	25.602
Superveniências financeiras		-	-	164
				<u>25.766</u>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	7	6.399	-	4.347
Prejuízos acumulados		(6.178)	-	(3.895)
		<u>221</u>		<u>452</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>318</u>	<u>26.538</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	10	-	867
Custo do serviço prestados		-	(53)
Lucro operacional bruto		-	814
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(2.296)	(2.150)
Resultado financeiro líquido		13	20
Prejuízo ao exercício		(2.283)	(2.130)
Quantidades total de cotas		1.164	36
Prejuízo por cota do capital social no exercício - R\$		(1,96)	(37)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(2.283)	(1.316)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.283)	(1.316)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	2014	2013
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(2.283)	(1.316)
Depreciação e amortização	66	36
<b>Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo</b>		
Tributos a recuperar	(1)	(9)
Contas a receber	3	(20)
Certificado de recebíveis de Agronegócio (CRA)	25.602	(25.602)
<b>Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo</b>		
Contas a pagar	(1)	(4)
Obrigações tributárias	(40)	(7)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(182)	133
Certificado de recebíveis do Agronegócio (CRA)	(25.602)	25.602
Superveniência financeira	(164)	164
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>(2.602)</u>	<u>(1.023)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de imobilizado e intangível	(7)	(212)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(7)</u>	<u>(212)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	2.052	851
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<u>2.052</u>	<u>851</u>
<b>Aumento/(redução) no caixa e equivalentes</b>	<u>(557)</u>	<u>(384)</u>
<b>Disponibilidade e valores equivalentes</b>		
No início do exercício	583	967
No final do exercício	26	583
	<u>(557)</u>	<u>(384)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.496	(2.579)	917
Aumento de capital n° 7	851	-	851
Prejuízo do exercício	-	(1.316)	(1.316)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.347	(3.895)	452
Aumento de capital n° 7	2.052	-	2.052
Prejuízo do exercício	-	(2.283)	(2.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.399	(6.178)	221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

## Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	2014	2013
Receitas	-	867
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	867
Insumos adquiridos de terceiros	(458)	(347)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(458)	(347)
Valor adicionado bruto	(458)	520
Depreciação, amortização e exaustão	(66)	(34)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	(524)	486
Valor adicionado recebido em transferência	14	22
Outras	14	22
Valor adicionado total a distribuir	(510)	508
<b>Pessoal</b>	<b>1.664</b>	<b>1.650</b>
Remuneração direta	910	879
Benefícios	192	182
FGTS	151	78
Outros	411	511
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>4</b>	<b>61</b>
Federais	1	42
Estaduais	-	1
Municipais	3	18
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>105</b>	<b>113</b>
Juros	2	2
Aluguéis	103	111
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(1.316)</b>
Prejuízos do exercício	(2.283)	(1.316)
Distribuição do valor adicionado	(510)	508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. Contexto operacional

A Brasil Agrosec Companhia Securitizadora (Companhia) é uma sociedade securitizadora de direitos creditórios do agronegócio dedicada à aquisição, securitização, emissão, negociação e prestação de serviços relacionados a direitos creditórios do agronegócio passíveis de securitização.

Constituída em 30 de junho de 2010, sob a forma de Sociedade limitada com nome de ARP Participações Ltda. em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 05 de agosto de 2010, foi transformada em Sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado e teve sua razão social alterada para Brasil Agrosec Companhia Securitizadora.

A Companhia tem por objetivo social:

- a) Aquisição e securitização de direitos creditórios do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076/04, e suas eventuais alterações posteriores com a consequente emissão de colocação dos Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRAs) correspondentes no mercado financeiro e de capitais;
- b) A realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais creditórios, aí incluídas, sem limitação, a Administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios por ela adquiridos;
- c) A realização de operações de *hedge* em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos de sua carteira de direitos creditórios e créditos do agronegócio.

A Companhia realizou durante o 4º trimestre de 2013, a emissão de 18.140 CRAs, que foram totalmente liquidadas de forma antecipada durante o 3º trimestre de 2014 (vide Nota Explicativa nº 14). Essa emissão era lastreada por direitos creditórios de contratos de compra e venda celebrados entre a Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto Ltda. denominada (Cooplantio) e seus clientes, garantidos por Cédula de Produto Rural (CPRs). A emissão também poderia ser lastreada por CPRs financeiras garantidas por penhor agrícola em primeiro grau, emitidas por produtores rurais, e duplicatas mercantis emitidas pela Cooplantio, oriundas da venda de fertilizantes, defensivos e insumos agrícolas para produtores e empresas distribuidoras.

Para a geração de receitas no exercício de 2015, a Administração da Companhia está dedicando seus melhores esforços na evolução dos trabalhos de prospecção iniciados em exercícios anteriores, bem como, com o desenvolvimento de novas parcerias no exercício corrente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A autorização para emissão das informações contábeis anuais foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2015.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em reunião do colegiado realizada em 18 de novembro de 2008, decidiu comunicar ao mercado que utilizará para a análise de pedidos de registro de ofertas públicas de distribuição de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e companhias securitizadoras emissoras de CRA, a regulamentação aplicável ao registro de ofertas e emissores de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

O CRA, instituído pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, é um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente por companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio. O CRA é necessariamente vinculado a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária. O CRI, por sua vez, foi criado pela Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e possui natureza jurídica semelhante a do CRA, embora seja vinculado à atividade de financiamento imobiliário.

A Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, principal norma desta comissão relativa aos CRI e seus emissores, tem como objetivo assegurar a proteção dos investidores e do mercado em geral, por meio de regras sobre o tratamento dispensado aos investidores e de requisitos de adequada divulgação de informações sobre a oferta, os valores mobiliários ofertados, os emissores e demais pessoas envolvidas na operação de securitização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A CVM entende que os comandos da Instrução CVM nº 414, de 2004, são adequados ao CRA e às companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, conforme comunicado do colegiado em 18 de novembro de 2008. Por isso, enquanto não tratar da matéria em norma específica, aplicará tais comandos, adaptando-os, no que couber, para acomodar as possíveis incompatibilidades entre a regulamentação de CRI e as características dos CRA e seus emissores.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

**a. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

A Companhia reconhece a receita, quando aplicável, e somente quando:

- I. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- II. É provável que benefícios econômicos-futuros fluirão para a Companhia.

Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**b. Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis em razão do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

**d. Ativo circulante**

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**e. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas da Companhia.

**f. Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição deduzidos das despesas de amortização.

**g. Passivos**

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**h. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros podem incluir depósitos bancários, aplicações financeiras, cédulas de produtos rurais financeiras, certificados de recebíveis do agronegócio e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito a seguir:

**Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento.

Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**Instrumentos disponíveis para venda**

Se a Companhia tiver instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida, esses serão classificados como disponíveis para venda.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

**Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Empréstimos e recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo**

São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável, se aplicável. As cédulas de produto rural financeira e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio enquadram-se nesta categoria e estavam registrados pelo valor de aquisição e captação, respectivamente, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do exercício, as quais não são incorporadas ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, Seção VI do regime fiduciário.

**i. Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para Imposto de Renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**j. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa.

**k. Demonstrações de Valor Adicionado (DVA)**

A legislação societária brasileira requer a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações contábeis.

## BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### I. Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos	19	126
Aplicações financeiras (i)	7	457
	<u>26</u>	<u>583</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2013 além das aplicações em renda fixa a rubrica continha fundos de investimento cuja carteira era substancialmente representada por títulos públicos e privados que ofereciam remuneração a taxas em torno de 100% do Certificado de Depósito Bancário e estavam disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia.

#### 5. Intangível

Referem-se a gastos no montante de R\$ 208 (R\$ 268 em 2013), relacionados ao desenvolvimento de software para operações de securitização.

#### 6. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Férias e 13º Salário	39	117
Provisão INSS s/ Provisões	11	49
Provisão FGTS s/ Provisões	3	13
INSS a Recolher	10	51
FGTS a Recolher	2	10
Salários a Pagar	16	23
	<u>81</u>	<u>263</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**7. Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia é de R\$ 6.399 (R\$ 4.347 em 2013), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.163.761 ações ordinárias, sem valor nominal. As transações de capital têm a seguinte ordem:

- i) Em 05 de setembro de 2011, a Brasil Agrosec Companhia Securitizadora realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, cuja ordem do dia, entre outros, teve como assunto relevante, a ratificação do aumento do capital social deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- ii) Os acionistas ratificaram o aumento de capital da Companhia, passando o referido capital social de R\$ 1.000 para R\$ 2.096.500, mediante a emissão de 16.500 ações ordinárias, sem valor nominal, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelos novos acionistas;
- iii) Em 30 de dezembro de 2011, a acionista Agrosec Participações Ltda. alienou suas ações, que representavam 1.000 quotas ou 5,71% do total de ações da Empresa. Os compradores já são individualmente acionistas. A vendedora aliena e os compradores adquirem, ao preço de R\$ 85,24 (oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) cada uma das ações (preço);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iv) Em AGE realizada em 07 de novembro de 2012, a Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 11.603 (onze mil e seiscentos e três) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 11.024 (onze mil e vinte e quatro) ações foram emitidas ao preço de R\$ 127,00 (cento e vinte e sete Reais) por ação, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, § 1º da Lei nº 6.404/76, e 579 (quinhentas e setenta e nove) ações são emitidas ao preço total de R\$ 1,00 (aproximadamente R\$ 0,00173 por ação), em decorrência do exercício de direitos conferidos pelos bônus de subscrição outorgados à acionista Brasil-Distressed Consultoria Empresarial Ltda. A integralização do capital foi feita em 02 (duas) datas, sendo o primeiro valor integralizado no dia 07 de novembro de 2012, no montante de R\$ 700 e o segundo montante foi integralizado no dia 17 de dezembro de 2012. Em decorrência, o capital social passou de R\$ 2.096 mil (dois milhões, noventa e seis mil Reais), dividido em 17.500 (dezessete mil e quinhentas) ações ordinárias, sem valor nominal, para R\$ 3.496 (três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil Reais), dividido em 29.103 (vinte e nove mil e cento e três) ações ordinárias, sem valor nominal. Em ARCA de 20 de maio de 2013 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 401 (quatrocentos e um mil Reais), mediante a emissão de um total de 3.318 (três mil trezentos e dezoito) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 3.152 (três mil cento e cinquenta e duas) ações foram emitidas ao preço de R\$ 127,00 (cento e vinte e sete Reais) por ação, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, § 1º da Lei nº 6.404/76, e 166 (cento e sessenta e seis) ações foram emitidas ao preço total de R\$ 1,00 (aproximadamente R\$ 0,00602 por ação), em decorrência do exercício de direitos conferidos pelos bônus de subscrição outorgados à acionista Brasil-Distressed Consultoria Empresarial Ltda. Em ARCA de 15 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 450.597,00 (quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa e sete Reais), mediante a emissão de um total de 3.735 (três mil setecentos e trinta e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 3.548 (três mil quinhentos e quarenta e oito) ações emitidas de R\$ 127,00 (cento e vinte e sete Reais) por ação, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, §1º da Lei nº 6.404/76, e 187 (cento e oitenta e sete) ações emitidas ao preço total de R\$ 1,00 (um Real) (aproximadamente R\$ 0,00535 por ação), neste caso, em decorrência do exercício de direitos conferidos pelos bônus de subscrição outorgados à acionista CHC & MI Participações Ltda. Em decorrência do aumento deliberado, o capital social passou dos atuais R\$ 3.896.854,00 (três milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro Reais), dividido em 32.421 (trinta e duas mil, quatrocentos e vinte e uma) ações ordinárias, sem valor nominal, para R\$ 4.347.451,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e um Reais) dividido em 36.156 (trinta e seis mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- v) Em ARCA de 27 de janeiro de 2014 os conselheiros deliberaram por unanimidade aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 450.597,00 (quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa e sete Reais), mediante a emissão de um total de 3.735 (três mil setecentos e trinta e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 3.548 (três mil quinhentos e quarenta e oito) ações emitidas ao preço de R\$ 127,00 (cento e vinte e sete Reais) por ação, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, § 1º da Lei nº 6.404/76, e 187 (cento e oitenta e sete) ações emitidas ao preço total de R\$ 1,00 (um Real) (aproximadamente R\$ 0,00535 por ação), neste caso, em decorrência do exercício de direitos conferidos pelos bônus de subscrição outorgados à acionista CHC & MI Participações Ltda. Em decorrência do aumento deliberado, o capital social passou dos R\$ 4.347.451,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e um Reais) dividido em 36.156 (trinta e seis mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, para R\$ 4.798.048,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil e quarenta e oito Reais) divididos em 39.891 (trinta e nove mil, oitocentos e noventa e uma) ações ordinárias sem valor nominal;
- vi) Em Ata realizada em 28 de abril de 2014 foi aprovado o aumento de capital no valor total de R\$ 480.823 mediante a emissão de 3.870 novas ações ordinárias nominativas, sendo:
- 3.786 ações emitidas ao preço de R\$ 127 por ação;
  - 84 ações emitidas ao preço de R\$ 1,00 por ação;
  - Em decorrência do aumento de capital social deliberado, o capital social passou dos atuais R\$ 4.798 para R\$ 5.279, dividido em 39.891 e 43.761, respectivamente.

## BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Ata de 18 de dezembro de 2014 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil Reais) mediante a emissão de um total de 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um Real) por ação, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, § 1º da Lei nº 6.404/76. Em decorrência do aumento deliberado, o capital social passou dos R\$ 5.278.871,00 (cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e setenta e um mil Reais), dividido em 43.761 (quarenta e três mil, setecentos e sessenta e uma) ações ordinárias sem valor nominal, para os atuais R\$ 6.398.871 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e um Reais) divididos em 1.163.761 (um milhão, cento e sessenta e três, setecentos e sessenta e uma) ações ordinárias sem valor nominal. O aumento do capital social deliberado acima foi totalmente subscrito e integralizado nesta data, com a incorporação de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizados pelos acionistas, através de créditos em contas correntes de titularidade da Companhia;

- vii) Em 30 de dezembro de 2014 foi firmado Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações de emissão da Companhia (Contrato), entre a Ourinvest Participações S.A. (Ourinvest) e o Banco Original do Agronegócio S.A. (Original) tendo por objeto a aquisição, pela Ourinvest, da totalidade das ações detidas pelo Original, no montante de 276.393 (duzentas e setenta e seis mil, trezentas e noventa e três) ações ordinárias nominativas, representativas de 23,75% do capital social da Companhia.

Com a aquisição das referidas ações, a Ourinvest passa a deter 47,50% do capital social da Companhia.

O quadro de acionista está apresentado da seguinte forma:

Acionistas	R\$	
	Quantidade de ações	Participação no capital social
Banco Fator S.A.	276.393	23,75%
Banco Indusval S.A.	276.393	23,75%
Ourinvest Participações S.A.	552.786	47,50%
CHM & MI Participações Ltda.	58.189	5,00%
	<b>1.163.761</b>	<b>100,00%</b>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Instrumentos financeiros**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros todas registradas em contas patrimoniais do balanço fiduciário, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como reduzir a exposição de riscos e de taxas de juros.

A emissora celebra operações com instrumentos derivativas swaps sempre com o intuito de propiciar a proteção contra eventuais diferenças entre os valores a receber e a pagar da emissora em decorrência das CRAs e CPRFs, de forma a preservar e manter íntegro os direitos e interesses dos investidores e de eventuais adquirentes dos CRAs:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativos financeiros</b>	<b>Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado</b>	<b>Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado</b>
Aplicações financeiras (nota 4)	7	457
	<u>7</u>	<u>457</u>
	31/12/2014	31/12/2013
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>	<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>
Contas a pagar	2	3
	<u>2</u>	<u>3</u>

Os valores pelos quais estes instrumentos financeiros estão registrados aproximam-se dos seus respectivos valores de mercado, não produzindo, portanto, diferenças significativas na apresentação contábil.

**9. Contingências**

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014.

**10. Receitas**

No exercício de 2014 a Companhia não gerou receitas (R\$ 867 em 2013).

## BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 11. Custos e despesas operacionais por natureza

	31/12/2014	31/12/2013
Despesa com consultoria	(177)	(128)
Despesa com agente fiduciário	-	-
Despesa com tarifas/taxas cetip	(15)	(11)
Despesa com advogados	(82)	(25)
Despesa com folha	(1.664)	(1.650)
Anúncios e publicações	(59)	(37)
Multas e outras taxas	-	-
Outras despesas administrativas	(299)	(299)
	<u>(2.296)</u>	<u>(2.150)</u>
Custos dos serviços prestados	-	-
Despesas gerais e administrativas	(2.296)	(2.150)
	<u>(2.296)</u>	<u>(2.150)</u>

#### 12. Partes relacionadas

##### Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos administradores (conselho, diretoria e administradores) da Companhia foi no valor aproximado de R\$ 910.

##### Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

#### 13. Demonstrações contábeis fiduciárias, informação suplementar, conforme instrução CVM nº 414/04

A Companhia iniciou suas operações aprovando sua primeira operação de securitização por meio de emissão pública de 200 Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) no montante total de R\$ 51.031 milhões, lastreadas por seis Cédulas de Produtos Rural Financeiras (CPFRs). Os prazos das CRAs eram de dois anos para a 1ª série e de quatro anos para a 2ª série, remuneradas, respectivamente, a uma taxa de 118% e 122% do Certificado de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Recebimento e pagamento antecipado das CPRFs e dos CRAs**

Conforme definido nos Termos de Securitização de direitos creditórios do agronegócio da 1ª emissão, 1ª e 2ª séries, foram constituídas as seguintes garantias para essa emissão:

- (i) Avais apostos nas CPRFs;
- (ii) Penhor de ações do Minerva S.A.;
- (iii) Penhor celular de bovinos.

**Antecipação em 05 de setembro de 2011:** para o item (ii) penhor de ações, foi identificado, por meio do Agente Fiduciário, PLANNER TRUSTEE, que o nível mínimo de cobertura de 120%, sobre o valor recebido pelo produtor na aquisição determinado nos termos, estava insuficiente no terceiro trimestre de 2011, devido à redução do valor de mercado das ações, condicionando à empenhante incrementar outras garantias para recompor 135% de cobertura (% mínimo para recomposição) ou antecipar o pagamento dos CRAs para diluir o volume financeiro de garantias exigidas para a emissão.

No sentido de atender às exigências de recomposição das garantias, a empenhante optou por realizar uma amortização extraordinária parcial dos CRAs da 1ª série, nos termos da Cláusula 6.2 do Termo de Securitização dos CRAs da 1ª série, no valor de R\$ 10.490 -“Valor amortizado”, cujo pagamento ocorreu dia 05 de setembro de 2011, mesmo dia do recebimento dos respectivos créditos pela Companhia, em razão do cumprimento parcial, nos termos da Cláusula 3.3 das Cédulas de Produto Rural Financeira que conferem lastro aos CRAs da 1ª série, realizada por seu emitente, Sr. Edivar Vilela de Queiroz.

**Alteração dos termos de securitização da 1ª série e da 2ª série da 1ª emissão de CRAs da Brasil Agrosec Cia. Securitizadora**

Devidamente aprovado em Assembleia Geral dos Titulares do Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão, foram alterados os Termos de Securitização da 1ª série e da 2ª série, de forma que (i) Cada termo de securitização passou a prever que o percentual de ações empenhadas, bem como o dever de reforço de garantia ali estabelecido, seja calculado com base no valor recebido pelo produtor na data de aquisição das CPRFs pelo Banco Fator S.A., acrescido da próxima parcela vincenda, descontados os valores das parcelas já amortizadas em cada data de amortização prevista nas CPRFs, bem como os eventos de amortização extraordinária, parcial ou total, para as séries; (ii) O respectivo contrato de penhor foi alterado para refletir a mudança no cálculo do percentual mínimo; e (iii) As respectivas cláusulas e anexos dos termos de securitização foram atualizados para refletir as deliberações acima. Dessa forma, as Ações Empenhadas, no total de 11.195.344 (onze milhões, cento e noventa e cinco mil e trezentos e quarenta e quatro) ações ordinárias, correspondem a 10,5706% (dez inteiros, cinco mil setecentos e seis milésimos por cento) do capital da Minerva S.A., recompondo o percentual de cobertura exigido para a garantia.

## BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Realização e liquidação das CPRF e CRAs, respectivamente

Em 23 de abril de 2012, foi realizada a Assembleia Geral dos Investidores titulares dos CRAs, na Sede Social da PlannerTrustee DTVM Ltda. (Agente Fiduciário), no qual foi aprovado o resgate antecipado total dos CRAs, que se deu no dia 26 de abril de 2012. As CPRFs também foram liquidadas pela Brasil Agrosec Companhia Securitizadora (Companhia) em 25 de abril de 2012.

Por meio do cálculo de atualização a valor presente dos referidos CPRFs e CRAs realizado pela Companhia e aprovado pelo Agente Fiduciário, os montantes apurados foram: CPRFs R\$ 41.927 e CRAs R\$ 41.687. Tais valores foram realizados e liquidados, respectivamente, nos dias 25 e 26 de abril de 2012, através da conta vinculada à emissão dos CRAs, de titularidade da Empresa.

Em 03 de maio de 2012, foi formalizado, entre o Sr. Edivar Vilela de Queiroz (contraparte) e a Brasil Agrosec Companhia Securitizadora, o Termo de Destrato e Quitação dos Instrumentos Particulares dos Contratos de Permuta de Fluxos Financeiros, com zeragem periódica swap com Reset nºs 6065/2012 e 6065/2014, derivado das operações de CPRFs e CRAs, com a devida transferência bancária a contraparte do montante de R\$ 519.

Em 28 de outubro de 2013 ocorreu a primeira série de emissão de CRAs com prazo de três anos. Os CRAs mezaninos e juniores foram objeto de colocação privada e ambos foram integralmente investidos pela Cooplantio. A composição dos CRAs emitidos e que foram totalmente liquidados durante o 3º trimestre de 2014 está assim apresentada (em Reais):

### CRAs Ativos

	31/12/2014	31/12/2013
CRA Sênior	-	17.502
CRA Mezanino	-	5.263
CRA Sub Jr.	-	2.837
<b>A</b>	<b>-</b>	<b>25.602</b>

### Passivos

	31/12/2014	31/12/2013
CRA Senior (i)	-	17.502
CRA Mezanino(ii)	-	5.263
CRA Sub Jr. (iii)	-	2.837
Superveniências Financeiras (iv)	-	164
<b>i</b>	<b>-</b>	<b>25.766</b>

C

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Certificados de Recebimento do Agronegócio (CRAs)**

Foi emitido o total de 18.140 (dezoito mil cento e quarenta) CRAs, sendo assim classificados: (em quantidade)

- 140 (cento e quarenta) CRAs Seniores;
- 12.000 (doze mil) CRAs Mezanino;
- 6.000 (seis mil) CRAs Sub Jr.

Foram integralizadas no período o total de 2.310, distribuídos da seguinte forma:

Integralizações	Data	Seniores	Mezanino	Junior	Total
1º Integralização	29/10/2013	29	2.544	1.477	4.050
2º Integralização	25/11/2013	26	2.413	1.207	3.646
3º Integralização	28/01/2014	18	1.528	764	2.310
		<u>73</u>	<u>6.485</u>	<u>3.448</u>	<u>10.006</u>

**(i) Certificados de Recebimento do Agronegócio (CRAs) Seniores**

- 1ª emissão;
- Data de emissão: 28 de outubro de 2013;
- Valor global da emissão: R\$ 300.000;
- Quantidade de CRA: 140 (cento e quarenta);
- Juros remuneratórios: CDI + 3,25% a.a.;
- Atualização monetária: anualmente, de acordo com variação do IGP-M;
- Data de vencimento: 28 de outubro de 2016, observando a cláusula "5.4 - Vencimento e Amortização do CRA" do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio que após 30 de julho de 2016, os recursos disponíveis no Patrimônio Separado deverão ser empregados na amortização dos CRA, antecipando-se, por conseguinte a Data de Vencimento dos CRA.

**(ii) Certificados de Recebimento do Agronegócio (CRAs) Mezanino**

- 1ª emissão;
- Data de emissão: 28 de outubro de 2013;
- Valor global da emissão: R\$1.000
- Quantidade de CRA: 12.000;
- Juros remuneratórios: CDI + 4,00% a.a.;
- Atualização monetária: anualmente, de acordo com variação do IGP-M;
- Data de vencimento: 28 de outubro de 2016, observando a cláusula "5.4 - Vencimento e Amortização do CRA" do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio que após 30 de julho de 2016, os recursos disponíveis no Patrimônio Separado deverão ser empregados na amortização dos CRA, antecipando-se, por conseguinte a Data de Vencimento dos CRA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(iii) Certificados de Recebimento do Agronegócio (CRAs) Juniores

- 1ª emissão;
- Data de emissão: 28 de outubro de 2013;
- Valor global da emissão: R\$1.000
- Quantidade de CRA: 6.000;
- Juros remuneratórios: CDI + 4,00% a.a.;
- Atualização monetária: anualmente, de acordo com variação do IGP-M;
- Data de vencimento: 28 de outubro de 2016, observando a cláusula “5.4 - Vencimento e Amortização do CRA” do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio que após 30 de julho de 2016, os recursos disponíveis no Patrimônio Separado deverão ser empregados na amortização dos CRA, antecipando-se, por conseguinte a Data de Vencimento dos CRA.

(iv) Superveniência financeira

A Superveniência Financeira é a diferença entre os CRAs ativos e passivos que estavam aplicados no Fundo BNY MELLON ARX FI REF DI LP até a liquidação total durante o 3º trimestre de 2014 (R\$164 em 31/12/2013).

**Cédula de produtor rural financeiras**

São cédulas de Produto Rural Financeira (CPRFs), emitidas nos termos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que lastreiam a emissão dos CRAs.

Foram instituídos sob regime fiduciário e, conseqüentemente, constituem patrimônio separado com o propósito exclusivo de responder pela realização de certos direitos, não se confundindo com o patrimônio da Companhia, e constituem o lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos pela Companhia. Foram adquiridos mediante escritura particular de cessão, com garantias, com prazo final de vencimento até o ano de 2014, estando sujeitos a atualizações de juros pré-fixados que variam de 13 a 15% a.a.

**Certificados de recebíveis do agronegócio**

O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) é título de crédito nominativo de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.

Referiam-se à operação de captação de recursos junto ao mercado financeiro, por meio de título de emissão da própria Companhia, com prazo final de vencimento até o ano 2014, sujeitos a atualizações da CDI entre 118% a 122%.

## BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os CRAs emitidos tinham como lastro a Cédula de Produção Rural Financeira (CPRFs) adquiridos pela Companhia, vinculados ao regime fiduciário, os quais ficaram excluídos do patrimônio da Companhia. O acompanhamento desses CRAs é efetuado por agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. Em atendimento a determinação da Lei nº 9.514/97, os registros contábeis da operação de securitização vinham sendo mantidos de forma segregada e não eram incorporados ao resultado nem ao patrimônio da Sociedade por se constituírem em patrimônio separado.

Em Assembleia Geral de Titulares dos CRAs, realizada em 01 de agosto de 2014 foi deliberado e aprovado o resgate antecipado da totalidade dos CRAs, com a consequente liquidação antecipada do patrimônio separado.

#### 14. Patrimônio separado

Seguem as informações contábeis relativas ao patrimônio separado correspondente ao CRA emitido e que não fazem parte das demonstrações contábeis da Companhia e estão apresentadas como informações suplementares:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	164
<b>Não circulante</b>	-	25.602
Lastro das emissões de CRAs	-	25.602
	<u>-</u>	<u>25.766</u>
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Não circulante</b>		
CRA - Sênior	-	17.502
CRA Sub. Mezanino	-	5.263
CRA Sub. Junior	-	2.837
Superveniências Financeiras	-	164
	<u>-</u>	<u>25.766</u>

Em Assembleia Geral realizada em 01 de agosto de 2014, os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) das 1ª, 2ª e 3ª Séries, da 2ª Emissão da Brasil Agrosec Companhia Securitizadora, decidiram, de comum acordo, liquidar antecipadamente a totalidade dos CRAs emitidos, com a consequente liquidação antecipada extraordinária do patrimônio separado. Os resgates foram realizados em montantes equivalentes ao valor nominal acrescidos das respectivas remunerações previstas na emissão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**15. Eventos subsequentes**

Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia recebeu um montante de R\$ 310 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo o valor de R\$ 268 do acionista Ourinvest Participações S.A. e, R\$ 42 do acionista CHM&MI Participações Ltda., o qual não foi integralizado até o momento.

**16. Declaração dos Diretores**

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

**17. Relação com auditores**

A Empresa de Auditoria Independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o período além da Auditoria Externa.